



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Justiça
PLC 26 de 2016

Senador Raimundo
Lima

Ofício nº 179/2016/PRESI-CNMP

Brasília, 21 de junho de 2016.

A Sua Excelência a Senhora
GLEISI HOFFMANN
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
Senado Federal
Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes
70160-900 - Brasília/DF

Assunto: **Encaminha certidão da decisão plenária do CNMP, que aprovou o Relatório de Gestão Fiscal, que demonstra que a despesa do Projeto de Lei nº 6.697-C/2009 atende aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.**

Excelentíssima Senhora Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para fins de atendimento ao disposto no art. 98, IV, da Lei nº 13.242/2015, certidão da decisão plenária Conselho Nacional do Ministério Público, que, durante a sua 12ª Sessão Ordinária, realizada nesta data, aprovou por unanimidade o Relatório de Gestão Fiscal, que demonstra que a despesa referente ao Projeto de Lei nº 6.697-C/2009 (dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público, fixa valores de sua remuneração e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006) atende aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atenciosamente,

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ofício nº 179/2016/PRESI-CNMP

Brasília, 21 de junho de 2016.

A Sua Excelência a Senhora
GLEISI HOFFMANN
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
Senado Federal
Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes
70160-900 - Brasília/DF

Assunto: Encaminha certidão da decisão plenária do CNMP, que aprovou o Relatório de Gestão Fiscal, que demonstra que a despesa do Projeto de Lei nº 6.697-C/2009 atende aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Excelentíssima Senhora Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para fins de atendimento ao disposto no art. 98, IV, da Lei nº 13.242/2015, certidão da decisão plenária Conselho Nacional do Ministério Público, que, durante a sua 12ª Sessão Ordinária, realizada nesta data, aprovou por unanimidade o Relatório de Gestão Fiscal, que demonstra que a despesa referente ao Projeto de Lei nº 6.697-C/2009 (dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público, fixa valores de sua remuneração e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006) atende aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atenciosamente,

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

12ª Sessão Ordinária – 21.06.2016

ANTEPROJETO DE LEI N.º 1.000198/2015-60

Relator: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza

Requerentes: Ministério Público Militar

Ministério Público do Trabalho

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Escola Superior do Ministério Público da União

Assunto: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016. Propostas orçamentárias do Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público do Trabalho e Escola Superior do Ministério Público da União.

Presidente da Sessão: Cláudio Henrique Portela do Rego – Corregedor Nacional

Secretário-Geral: Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Deliberação: O Conselho, diante de questão de ordem apresentada pelo Presidente, em exercício, Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego, para fins de atendimento ao disposto no art. 98, incisos I e II, da Lei nº 13.242/2015, aprovou, por unanimidade, o Relatório de Gestão Fiscal, que demonstra que a despesa referente ao projeto de Lei nº 6.697 – C/2009 (dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho nacional do Ministério Público, fixa valores de sua remuneração e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006) atende aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, expedindo parecer favorável, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Presidente do CNMP, Rodrigo Janot Monteiro de Barros.


Daniela Nunes Faria Teixeira
Secretária Processual
SG/CNMP

ANÁLISE DA PROPOSTA DE REAUSTE DOS SERVIDORES DO MPU

RELATÓRIO
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (Art. 16, § 2º e 17 - LRF)
AFERIÇÃO DOS LIMITES DE DESPESAS COM PESSOAL (Art. 19 - LRF)Órgão interessado: Ministério Público da União (exceto MPDFT)
Fundamentação legal:

1) QUADRO QUANTITATIVO FÍSICO

CARGOS EFETIVOS					CARGOS EM COMISSÃO (CC)		FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC)	
TIPO	ATIVO	INATIVO	TOTAL	Anexo V (2015 e 2016)	TIPO	QUANT.	TIPO	QUANT.
Analista	C13	981	283	1.264	CC-01 ORÇÃO	276	FC-01 ORÇÃO	935
	C12	65	1	66	CC-01 INTEGRAL	50	FC-01 INTEGRAL	-
	C11	203	3	206	CC-02 ORÇÃO	1.138	FC-02 ORÇÃO	2.294
	C10	197	-	197	CC-02 INTEGRAL	821	FC-02 INTEGRAL	-
	C09	332	2	334	CC-03 ORÇÃO	321	FC-03 ORÇÃO	698
	C08	311	2	313	CC-03 INTEGRAL	60	FC-03 INTEGRAL	-
	B07	251	2	253	CC-04 ORÇÃO	141		
	B06	138	-	138	CC-04 INTEGRAL	47		
	B05	155	2	157	CC-05 ORÇÃO	201		
	B04	228	2	230	CC-05 INTEGRAL	55		
	A03	459	2	461	CC-06 ORÇÃO	58		
	A02	379	3	382	CC-06 INTEGRAL	12		
	A01	526	-	526	CC-07 ORÇÃO	3		
	C13	3.147	1.597	4.744	CC-07 INTEGRAL	-		
	C12	64	10	74	CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL	3		
	C11	465	7	472				
	C10	438	7	445				
Técnico	C09	529	6	535				
	B08	515	7	522				
	B07	314	10	324				
	B06	391	5	396				
	B05	398	8	406				
	B04	480	4	484				
	A03	759	9	768				
	A02	482	-	482				
	A01	652	2	654				
	Subtotal I	12.859	1.974	14.833				
Total					Total		Total	
					3.186		3.927	

Nota: foi considerado o quantitativo físico dos servidores constante da base maio para analistas, técnicos, funções de confiança e cargos em comissão. Foi acrescido à base o quantitativo físico relativo aos ingressos previstos para 2015 e 2016 (Anexo V da LOA 2015 e PLOA 2016). A despesa referente à criação dos Cargos de Natureza Especial está considerada no limite dos ingressos para 2016.

2) ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (LC 101/2000, Arts. 16 e 17)

DESPESA OBRIGATORIA DE CARÁTER CONTINUADO					151,00
	2016	2017	2018	2019	2020
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	165.697.837	409.418.566	599.968.046	883.937.792	906.624.301
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0	0	0	0	0
TOTAL	165.697.837	409.418.566	599.968.046	883.937.792	906.624.301

3) AFERIÇÃO DOS LIMITES DE PESSOAL DA LC 101/2000 (limite legal - arts. 19 e 20, I, d, Limite Prudencial - Art. 22, Parágrafo Único)

	2016	2017	2018	2019	2020
DESPESA COM PESSOAL (dotação para 2016, deduzida das fontes 156 e 169) (*) (**)					
ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DESTA PROPOSTA DE REAJUSTE	3.224.376.032	3.224.376.033	3.224.376.033	3.224.376.033	3.224.376.033
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL PARA AFERIÇÃO DE LIMITES DA LRF	165.697.837	409.418.566	599.968.046	883.937.792	883.937.792
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	3.590.073.869	3.633.794.599	3.633.794.599	3.824.344.079	4.108.313.825
PARTICIPAÇÃO DO MPU (EXCETO MPDFT) NA RCL - (% DA RCL)	700.438.648.000	735.460.580.400	735.460.580.400	770.394.957.969	805.062.731.078
LIMITE LEGAL (arts. 19 e 20, I, d)	0,4840%	0,4941%	0,4941%	0,4964%	0,5103%
LIMITE PRUDENCIAL (95% DO LIMITE LEGAL - Art. 22, parágrafo único)	4.202.631.888	4.412.753.482	4.622.369.748	4.591.251.260	4.830.376.386
MARGEM RESIDUAL (LIMITE PRUDENCIAL - DESPESA TOTAL)	3.992.500.294	4.192.125.308	4.192.125.308	4.591.251.260	4.588.857.567
	602.426.424	558.330.709	558.330.709	566.907.181	480.543.742

* Conforme a 8ª edição do Manual de Elaboração do RGF, aprovada pela Portaria STN/MF nº 622, de 30/08/2006, pp. 31, foram deduzidas da despesa de pessoal as fontes 156 e 169, destinadas ao pagamento de aposentadorias e pensões. Foi considerada a dotação referente à alteração da estrutura de carreiras e aumento de remuneração, incluída desta, a dotação referente ao MPDFT.

** Foi considerada a dotação prevista no PLOA 2016

COMENTÁRIO:
O acréscimo decorrente da proposta de reajuste prevista no Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara 41/2015 não excederá os limites (legal e prudencial) estabelecidos pela LRF, considerando a projeção da RCL.

ANÁLISE DA PROPOSTA DE REAJUSTE DOS SERVIDORES DO MPU

PLANILHA DE CÁLCULO

*Previdência e metodologia utilizadas - Arts. 16, §2º e 19 da LRF

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (Art. 16, §2º e 17 - LRF)

FUNDAMENTO LEGAL:

ÓRGÃO INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (exceto MPDFT)

A) QUADRO QUANTITATIVO FÍSICO

CARGOS EFETIVOS				CARGOS EM COMISSÃO (CQ)		FUNÇÕES COMISIONADAS (FC)					
TIPO	ATIVO	INATIVO	TOTAL	Anexo V (2015 e 2016)	TIPO	QUANT.	TIPO	QUANT.			
Analista	C13	981	283	1.264	-	CC-01 OPÇÃO	276	FC-01 OPÇÃO	935		
	C12	65	1	66	-	CC-01 INTEGRAL	50	FC-01 INTEGRAL	-		
	C11	203	3	206	-	CC-02 OPÇÃO	1.138	FC-02 OPÇÃO	2.294		
	C10	197	-	197	-	CC-02 INTEGRAL	821	FC-02 INTEGRAL	-		
	C09	332	2	334	-	CC-03 OPÇÃO	321	FC-03 OPÇÃO	698		
	C08	311	2	313	-	CC-03 INTEGRAL	60	FC-03 INTEGRAL	-		
	B07	251	2	253	-	CC-04 OPÇÃO	141	-	-		
	B06	138	-	138	-	CC-04 INTEGRAL	47	-	-		
	B05	155	2	157	-	CC-05 OPÇÃO	201	-	-		
	B04	228	2	230	-	CC-05 INTEGRAL	55	-	-		
	A03	459	2	461	-	CC-06 OPÇÃO	58	-	-		
	A02	379	3	382	-	CC-06 INTEGRAL	12	-	-		
	A01	526	-	526	-	CC-07 OPÇÃO	3	-	-		
Técnico	C13	3.147	1.597	4.744	-	CC-07 INTEGRAL	-	-	-		
	C12	64	10	74	-	CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL					
	C11	465	7	472	-	-	3	-	-		
	C10	438	7	445	-	-	-	-	-		
	C09	529	6	535	-	-	-	-	-		
	B08	515	7	522	-	-	-	-	-		
	B07	314	10	324	-	-	-	-	-		
	B06	391	5	396	-	-	-	-	-		
	B05	398	8	406	-	-	-	-	-		
	B04	480	4	484	-	-	-	-	-		
	A03	759	9	768	-	-	-	-	-		
	A02	482	-	482	-	-	-	-	-		
	A01	652	2	654	-	-	-	-	-		
Subtotal I	12.859	1.974	14.833	-	-	-	-	-			
Total				12.859	1.974	14.833	-	Total	3.186	Total	3.927

B) CARGOS DE MEMBROS

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo			Estimativa de Impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei	1º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente
		nº de meses -->					
		Ano -->	2015	2016			
a) REMUNERAÇÃO MENSAL (SUBSIDIO)							
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)	0	0	0	0	
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses	0	0	0	0	
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	c = a	0	0	0	0	
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	d = (rem. Mensal x físico ativo) x 1,56	0	0	0	0	
f) FUNPRESP	3.3.1.90.11	e = b + c + d	0	0	0	0	
g) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x meses+1) x 8,5%	0	0	0	0	
	3.3.1.91.13	g = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)+c)-base Funpresp) x	0	0	0	0	
h) IMPACTO ANUAL TOTAL		h = e + f + g	0	0	0	0	

C) CARGOS EFETIVOS

Estimativa de impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei										Estimativa de impacto para o 2º exercício da entrada em vigor da Lei				
IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo				1ª parcela		2ª parcela		3ª parcela		TOTAL	1º, 2º e 3º parcelas	
		nº de meses -->	Ano -->	7		6		2		2016				
				2016		2016		2016						
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)			6.628.404		6.768.230		5.509.837				19.265.012	
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses			46.398.829		40.609.379		11.019.673				231.180.145	
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a			6.628.404		6.768.230		5.509.837				19.265.012	
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo)/3			1.906.573		1.946.792		1.584.700				5.438.065	
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d			54.933.806		49.324.401		18.114.209				122.372.417	
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%			0		0		0				0	
h) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	h = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)+c)-base Funpresp)			9.227.815		8.137.592		2.440.437				19.805.845	
i) IMPACTO ANUAL TOTAL		i = e + f + g + h			64.161.622		57.461.993		20.554.647				142.178.262	
													45.229.599	
													301.231.218	

IMPACTO					Estimativa de Impacto para o 2º exercício da entrada em vigor da Lei				Estimativa de Impacto para o 3º exercício da entrada em vigor da Lei			
Natureza da Despesa	Memória de Cálculo			4ª parcela	5ª parcela	TOTAL		1º, 2º, 3º, 4º e 5ª parcelas		70%		
	nº de meses -->			7	2							
	Ano -->			2017	2017	2017		2018				
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)	5.012.267	7.979.286			32.838.746					
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses	35.085.866	15.958.572			394.064.952					
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a	5.012.267	7.979.286			32.838.746					
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo)/3	1.445.899	2.301.489			9.496.389					
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d	41.544.032	26.239.347			323.784.998					
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%	0	0			0					
h) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	h = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)+c)-base Funpresp)	6.998.153	3.544.294			55.772.046					
i) IMPACTO ANUAL TOTAL		i = e + f + g + h	48.542.186	29.783.640			379.557.044					
						</						

IMPACTO		Natureza da Despesa	Estimativa de Impacto para o 3º exercício da entrada em vigor da Lei				Estimativa de Impacto para o 4º exercício da entrada em vigor da Lei	
Memória de Cálculo			6ª parcela	7ª parcela	TOTAL	1º Exercício Subsequente		
nº de meses -> Ano ->			7	2	2018	12		
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)	3.771.626	5.318.809	431.103.954	42.563.401		
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b= a x nº de meses	26.401.385	10.637.617	510.760.812	510.760.812		
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a	3.771.626	5.318.809	41.929.181	42.563.401		
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo)/3	1.090.685	1.538.108	12.125.182	12.334.677		
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d	31.263.696	17.494.534	485.158.317	565.658.890		
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%	0	0	0	0		
h) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	h = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)+c)-base Funpresp) x 22%	5.278.918	2.366.686	84.948.207	100.404.272		
j) IMPACTO ANUAL TOTAL		i = e + f + g + h	36.542.614	19.863.220	570.106.524	666.063.162		

IMPACTO		Natureza da Despesa	Memória de Cálculo			8ª parcela		TOTAL	1º Exercício Subsequente	
			fó de meses ->	Ano ->		2019	2019		2020	
				2019	2020					
a)	REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)		12.691.912		56.009.796			
b)	VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b= a x nº de meses		152.302.949		672.117.553			
c)	13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a		12.691.912		56.009.796			
d)	FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo)/3		2.518.408		14.853.085			
e)	DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d		167.513.269		733.172.160			
f)	FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%		0		0			
h)	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	h = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)+c)-base Funpresp)		20.499.839		120.904.111			
j) IMPACTO ANUAL TOTAL			i = e + f + g + h		188.013.109		854.076.270			

Estimativa de impacto para o 4º exercício da entrada em vigor da Lei	Estimativa de impacto para o 5º exercício da entrada em vigor da Lei
--	--

D) CARGOS EM COMISSÃO (CQ) E FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC)

IMPACTO	Natureza da Despesa	Realizante de CC's				
		Memória de Cálculo	Estimativa de impacto para o exercício da entrada em vigor da Lei			2º Exercício Subsequente
			2016	2017	2018	
a) GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIOS DE CARGOS		Ano ->				
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico) nº de meses ->	abr/16 2.113.982	jan/17 2.113.982	jan/18 2.113.982	
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses	9 19.025.838	12 25.367.784	12 25.367.784	
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	c = a	2.113.982 704.661	2.113.982 704.661	2.113.982 704.661	
e) INSS (servidor sem vínculo)	3.3.1.90.13	d = a/3	1.675.095	1.675.095	1.675.095	
f) IMPACTO ANUAL TOTAL	3.3.1.90.11	e = (rem. mensal x físico de ativo x meses x 0,2) * f = b + c + d + e	23.519.576	29.861.522	29.861.522	

E) BENEFÍCIOS (Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, conforme Art. 17 da LRF)

Benefícios	Natureza da Despesa	Benefícios	Qte de beneficiários em 2015	Qte de beneficiários em 2016	Estimativa de impacto para o 1º Exercício Subsequente			
					Estimativa de impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei			1º Exercício Subsequente
					2016	2017	2018	
a) Auxílio Alimentação	3.3.3.90.46				0,00	0,00	0,00	0,00
b) Auxílio Transporte	3.3.3.90.49				0,00	0,00	0,00	0,00
c) Auxílio Pré-escolar	3.3.3.90.08				0,00	0,00	0,00	0,00
d) Assistência Médica e Odontológica	3.3.3.90.39				0,00	0,00	0,00	0,00
e) TOTAL MENSAL DE BENEFÍCIOS	e = a + b + c + d				0,00	0,00	0,00	0,00
f) TOTAL ANUAL DE BENEFÍCIOS	f = e x nº de meses				0,00	0,00	0,00	0,00

F) ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO (Art. 16 e 17 da LRF)

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo				Estimativa de impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei	Estimativa de impacto para o 2º exercício da entrada em vigor da Lei	Estimativa de impacto para o 3º exercício da entrada em vigor da Lei	Estimativa de impacto para o 4º exercício da entrada em vigor da Lei
		nº de meses ->	Ano ->						
			2016	2017	2018				
a)	REMUNERAÇÃO ANUAL	3.3.1.90.11	a = B(b) + C(b) + D(b)	117.053.719	307.592.367	456.471.738	688.431.545		
b)	13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	b = B(c) + C(c) + D(c)	21.020.453	34.370.547	44.043.163	57.369.295		
c)	FÉRIAS	3.3.1.90.11	c = B(d) + C(d) + D(d)	6.142.726	10.008.511	12.829.843	15.557.746		
d)	SOMA	3.3.1.90.11	d = a + b + c	144.216.898	351.971.425	513.344.744	761.358.586		
e)	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	e = B(b) + C(b)	19.805.845	55.772.046	84.948.207	120.904.111		
f)	FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = B(f) + C(f)	0	0	0	0		
g)	INSS	3.3.1.91.13	g = D (e)	1.675.095	1.675.095	1.675.095	1.675.095		
h)	TOTAL - DESPESA DE PESSOAL		h = d + e + f + g	165.697.837	409.418.566	599.968.046	883.937.792		
i)	BENEFÍCIOS		i = E(f)	0	0	0	0		
j)	IMPACTO ANUAL TOTAL	Veja Quadro E	j = h + i	165.697.837	409.418.566	599.968.046	883.937.792		

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo		1º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente
		nº de meses ->			
		Ano ->			
a) REMUNERAÇÃO ANUAL	3.3.1.90.11	a = B(b) + C(b) + D(b)		2020	2021
b) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	b = B(c) + C(c) + D(c)		697.485.337	697.485.337
c) FÉRIAS	3.3.1.90.11	c = B(d) + C(d) + D(d)		58.123.778	58.123.778
d) SOMA	3.3.1.90.11	d = a + b + c		16.966.743	16.966.743
e) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	e = B(e) + C(e)		772.575.858	772.575.858
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = B(f) + C(f)		132.373.348	132.373.348
g) INSS	3.3.1.91.13	g = D (e)		0	0
h) TOTAL - DESPESA DE PESSOAL		h = d + e + f + g		1.675.095	1.675.095
i) BENEFÍCIOS		i = E(f)		906.624.301	906.624.301
j) IMPACTO ANUAL TOTAL	Veja Quadro E	j = h + i		906.624.301	906.624.301

RS1,00

g) AFERIÇÃO DOS LIMITES DA LRF (conforme Art. 19 da LRF)

ITEMS	Memória de Cálculo				Límites LRF
a) ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DA DESPESA COM PESSOAL	a = Item (b) do Quadro (f)				165.697.837
b) DOTAÇÃO DE PESSOAL PLOA 2015	b = Dotação prevista no PLOA 2015 (deduzidas as fontes 156 e 169)				3.224.376.032
c) DESPESA DE PESSOAL PREVISTA	c = a + b				3.390.073.869
d) LIMITE LEGAL LRF (% da LRF)	d = Receita Corrente Líquida	01/01/2015 a 31/12/2015 (projeção)	700.438.648.000	0,4840%	4.202.631.888
e) LIMITE PRUDENCIAL	e = d x 95%				3.992.500.294
f) MARGEM RESIDUAL (não utilizada)	f = d - c				812.558.019

RS1,00

Órgão Interessado: MPDFT

1) QUADRO QUANTITATIVO FÍSICO

CARGOS EFETIVOS					CARGOS EM COMISSÃO (CC)		FUNÇÕES COMISIONADAS (FC)	
TIPO	ATIVO	INATIVO	TOTAL	Anexo V (2015 e2016)	TIPO	QUANT.	TIPO	QUANT.
Analista	C13	70	30	100	CC-01 ORÇÃO	143	FC-01 ORÇÃO	87
	C12	15	1	16	CC-01 INTEGRAL	9	FC-01 INTEGRAL	-
	C11	12	-	12	CC-02 ORÇÃO	167	FC-02 ORÇÃO	472
	C10	8	-	8	CC-02 INTEGRAL	9	FC-02 INTEGRAL	-
	C09	15	-	15	CC-03 ORÇÃO	29	FC-03 ORÇÃO	241
	B08	76	-	76	CC-03 INTEGRAL	1	FC-03 INTEGRAL	-
	B07	132	-	132	CC-04 ORÇÃO	39		
	B06	18	-	18	CC-04 INTEGRAL	3		
	B05	25	-	25	CC-05 ORÇÃO	15		
	B04	52	-	52	CC-05 INTEGRAL	4		
	A03	92	-	92	CC-06 ORÇÃO	-		
	A02	106	1	107	CC-06 INTEGRAL	-		
	A01	117	-	117	CC-07 ORÇÃO	-		
	C13	322	105	427	CC-07 INTEGRAL	-		
	C12	9	-	9	CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL			
	C11	29	-	29		-		
Técnico	C10	18	-	18		-		
	C09	21	-	21		-		
	B08	90	-	90		-		
	B07	82	-	82		-		
	B06	18	-	18		-		
	B05	46	-	46		-		
	B04	77	-	77		-		
	A03	132	-	132		-		
	A02	74	-	74		-		
	A01	139	-	139		-		
Subtotal I		1.795	137	1.932		-		-
Total					Total	419	Total	800

Nota: foi considerado o quantitativo físico dos servidores constante da base março para analistas, técnicos, funções de confiança e cargos em comissão. Foi acrescido à base o quantitativo físico relativo aos ingressos previstos para 2015 e 2016 (Anexo V da LOA 2015 e PLOA 2016). A despesa referente à criação dos Cargos de Natureza Especial está considerada no limite dos Ingressos para 2016.

2) ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (LC 101/2000, Arts. 16 e 17)

DESPESA OBRIGATORIA DE CARÁTER CONTINUADO					
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2016	2017	2018	2019	2020
TOTAL	20.856,181	52.945,963	78.512,332	117.341,088	120.751,751
	0	0	0	0	0
	20.856,181	52.945,963	78.512,332	117.341,088	120.751,751

3) AFERIÇÃO DOS LIMITES DE PESSOAL DA LC 101/2000 (limite legal - arts. 19 e 20, I, d, limite prudencial - Art. 22, Parágrafo Único)

DESPESA COM PESSOAL (dotação para 2016, deduzida das fontes 156 e 169)(*) (**)					
ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DESTA PROPOSTA DE REAJUSTE					
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL PARA AFERIÇÃO DE LIMITES DA LRF					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)					
PARTICIPAÇÃO DO MPU (EXCETO MPDFT) NA RCL - (% DA RCL)					
LIMITE LEGAL (Arts. 19 e 20, I, d)					
LIMITE PRUDENCIAL (95% DO LIMITE LEGAL - Art. 22, parágrafo único)					
MARGEM RESIDUAL (LIMITE PRUDENCIAL - DESPESA TOTAL)					
	2016	2017	2018	2019	2020
	496.856,437	496.856,437	496.856,437	496.856,437	496.856,437
	20.856,181	52.945,963	78.512,332	117.341,088	117.341,088
	517.712,618	549.802,400	575.368,769	614.197,525	614.197,525
	700.438,648,000	735.460,580,400	770.394,957,969	805.062,731,078	805.062,731,078
	0,0739%	0,0748%	0,0747%	0,0763%	0,0763%
	644.403,556	676.633,734	708.763,361	740.657,713	740.657,713
	612.848,795	642.792,547	673.325,193	705.624,827	705.624,827
	95.136,177	92.990,147	97.956,424	89.427,301	89.427,301

* Conforme a 6ª edição do Manual de Elaboração do RGF, aprovada pela Portaria STN/MP nº 632, de 30/08/2006, pp. 31, foram deduzidas da despesa de pessoal as fontes 156 e 169, destinadas ao pagamento de aposentadorias e pensões. Foi considerada a dotação referente à alteração da estrutura de carreira e aumento de remuneração, excluída desta, a dotação referente ao MPDFT.

** Foi considerada a dotação prevista no PLOA 2016

DESPESA ATUAL COM PESSOAL (dotação para 2016, deduzida das fontes 156 e 169)(*) (**)					
ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DESTA PROPOSTA DE REAJUSTE					
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL PARA AFERIÇÃO DE LIMITES DA LRF					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)					
PARTICIPAÇÃO DO MPU (EXCETO MPDFT) NA RCL - (% DA RCL)					
LIMITE LEGAL (Arts. 19 e 20, I, d)					
LIMITE PRUDENCIAL (95% DO LIMITE LEGAL - Art. 22, parágrafo único)					
MARGEM RESIDUAL (LIMITE PRUDENCIAL - DESPESA TOTAL)					
	2020				
	496.856,437				
	120.751,751				
	617.608,188				
	841.290,553,976				
	0,0734%				
	773.987,310				
	735.287,944				
	117.679,756				

COMENTÁRIO:
O acréscimo decorrente da proposta de reajuste prevista no substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara 41/2015 não excederá os limites (legal e prudencial) estabelecidos pela LRF, considerando a projeção da RCL.

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo		1º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente
		Mês de meses ->			
		Ano ->			
a) REMUNERAÇÃO ANUAL	3.3.1.90.11	a = B(b) + C(b) + D(b)			
b) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	b = B(c) + C(c) + D(c)	2020	2021	
c) FÉRIAS	3.3.1.90.11	c = B(d) + C(d) + D(d)	91.904.033	91.904.033	
d) SOMA	3.3.1.90.11	d = a + b + c	7.658.669	7.658.669	
e) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	e = B(e) + C(e)	2.377.794	2.377.794	
f) FUNPRESP	3.3.1.91.13	f = B(f) + C(f)	101.940.497	101.940.497	
g) INSS	3.3.1.90.07	g = D (e)	18.781.441	18.781.441	
h) TOTAL - DESPESA DE PESSOAL	3.3.1.91.13	h = d + e + f + g	0	0	
i) BENEFÍCIOS		i = E(f)	29.813	29.813	
j) IMPACTO ANUAL TOTAL	Veja Quadro E	j = h + i	120.751.751	120.751.751	
			0	0	
			120.751.751	120.751.751	

951,00

53,100

g) AFERIÇÃO DOS LIMITES DA LRF (Conforme Art. 19 da LRF)

ITEMS	Memória de Cálculo				Limites LRF
a) ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DA DESPESA COM PESSOAL	a = Item (b) do Quadro (f)				20.856.181
b) DOTAÇÃO DE PESSOAL PLOA 2015	b = Dotação prevista no PLOA 2015 (deduzidas as fontes 156 e 169)				496.856.437
c) DESPESA DE PESSOAL PREVISTA	c = a + b				517.712.618
d) LIMITE LEGAL LRF (% da LRF)	d = Receita Corrente Líquida				644.403.556
e) LIMITE PRUDENCIAL	e = d x 95%				612.848.795
f) MARGEM RESIDUAL (não utilizada)	f = d - c				126.690.938

53,100